

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ (MF) 31.796.592/0001-23

LEI Nº 1.363/2016

FIXA SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA PARA A LEGISLATURA QUE SE INICIA EM 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, na forma do Art. 213. §7º, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Subsídio do Prefeito Municipal é fixado no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) por mês.

Art. 2º - O Subsídio do Vice-Prefeito Municipal é fixado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.

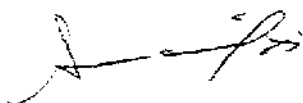
Art. 3º - O Subsídio do Secretário Municipal é fixado no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês, concedido o direito ao gozo remunerado de férias, com acréscimo adicional no percentual de 50% (cinquenta por cento) e ao pagamento do décimo terceiro subsídio, sendo vedada qualquer outra espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

Art. 4º - No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovado por atestado médico, o Prefeito, Vice-Prefeito ou Secretários do Município perceberão seus subsídios até o 15º (décimo quinto) dia de afastamento.

Parágrafo Único - Em caso de afastamento por período superior a quinze dias, o Agente Político deverá ser encaminhado ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, para efeito de ser submetido a perícia médica e percepção de Auxílio-Doença, se for o caso.

Art. 5º - Dos valores a serem pagos aos Agentes Políticos de que trata a presente Lei, deverá ser efetuada a retenção do Imposto de Renda, na forma Lei.

Art. 6º - Os Subsídios de que tratam os Artigos 1º (primeiro) e 2º (segundo) desta Lei, serão reajustado pelo índice de reajuste de salário dos funcionários públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ (ME) 31.796.592/0001-23

Art. 7º - Os recursos necessários para execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Água Branca ES, em 30 de Setembro de 2016.


AMARILDO FRANSKOVIASK
Presidente da Câmara Municipal



PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 8.317/2019

CONCEDE REAJUSTE AOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Lei Municipal nº 1.143/2014,

DECRETA:

Art.1º. Os vencimentos básicos dos servidores públicos do Município de Águia Branca/ES, são reajustados em 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), conforme percentual estipulado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, em 28 de fevereiro de 2019.


ANGELO ANTÔNIO CORTELETTI
Prefeito Municipal